

Introdução

Hoje é fácil concordar que Portugal é um país plural, por se ter tornado destino de migrações. Menos aceite é a ideia de que os portugueses, ou pelo menos alguns portugueses, são, eles próprios, feitos de pluralidade e de mudança.

Sobre as novas realidades na Área Metropolitana de Lisboa, como noutras capitais da Europa, costuma ser convocada a noção de «mistura» para designar o contacto entre «culturas», «identidades» ou «origens» diferentes. Há muito quem, neste cenário, se preocupe com a «descaracterização» da portugalidade e também quem, pelo contrário, celebre a modernidade «multicultural». Parece-me mais profícuo, porém, interrogar a natureza das fronteiras identitárias, onde é que elas passam, o que significam e o que pode estar a transformá-las.

Dentro dos estudos culturais desenvolveu-se nas últimas décadas um paradigma em que as «fronteiras» e os sujeitos de fronteira passam a ser vistos, não como uma questão de «fora» ou «dentro», mas como eixos de articulação cultural e de novas configurações identitárias baseadas em repertórios híbridos e heterogêneos (Nunes, 1997). Esta perspectiva afasta-se das ideias de identidade como substância fixa e unitária e incorpora a sua concepção como *processo* de cariz relacional e multifacetado, ou seja, inscrito nas relações sociais (Hall, 1996). As categorias de pertença e de diferença podem ser, elas próprias, contestadas, reconstruídas ou reafirmadas pelos sujeitos, sobretudo pelos sujeitos de fronteira, de que são exemplos os filhos de migrantes nas metrópoles europeias.

Também os estudos dos *media* têm acompanhado a tendência para dar atenção às questões da representação, do acesso e do reconhecimento em que estão envolvidas «minorias étnicas» e que se ligam a

políticas de identidade (Cottle, 2000). Contudo, mesmo em contextos de longo historial migratório e intensa produção académica neste campo, como o britânico, mantêm-se relativamente raros os estudos sobre minorias como audiências mediáticas, ou seja, os seus membros são raramente escutados acerca das leituras e apropriações que fazem dos *media* (Ross, 2000).

Acontece que a mera análise dos textos mediáticos, por muito importante que seja, assenta em inferências sem garantias acerca da relevância que eles têm para o público e acerca da interpretação feita por o investigador ter correspondência nas audiências (Silverstone, 1994). Não se trata de enveredar, em alternativa, pelo chamado «novo populismo», que atribui aos «receptores» todo o poder de reinterpretação e subversão dos objectos culturais, numa contracorrente às teorias do determinismo textual e da dominação ideológica.

Esta pesquisa tem uma orientação epistemológica diversa. Ela visa *compreender* a conexão entre as apropriações mediáticas e as identidades sociais em dois grupos concretos de descendentes de migrantes. Mas não quer resolver dicotomias entre dominação e resistência ou entre audiências activas e passivas. Assim como não tem pretensões de estabelecer causalidades acerca do peso dos *media* na definição identitária dos sujeitos, ou saber, como acontece nas pesquisas mais ambiciosas e positivistas, se é a comunicação que influencia mais a formação das identidades ou se é esta que condiciona a orientação dos indivíduos face aos *media* (Jeffres, 2000). Ou seja, não procura pesar nem medir os *efeitos dos media*.

Encarando o sentido que os próprios actores dão à acção social como indispensável à compreensão dos fenómenos, na linha weberiana, o que esta pesquisa se propõe é usar os discursos das audiências como fonte de conhecimento sobre as suas representações e identidades, procurando perceber, afinal, *como os media* se inscrevem nas relações sociais de determinadas populações. Fá-lo na perspectiva de captar as tensões dinâmicas em que os sentidos dessas representações e identidades são ao mesmo tempo encontrados e criados pelos sujeitos. Nesse processo, os *media* não devem ser celebrados *a priori* como facilitadores de recursos culturais com que os sujeitos criam as suas próprias configurações identitárias, nem, pelo contrário, reduzidos apenas a produtores de espartilhos ideológicos que constroem as audiências a determinados posicionamentos. Na pluralização do espectro mediá-

tico, os sujeitos confrontar-se-ão com um leque diverso de imagens e objectos com os quais desenvolvem apropriações complexas, que partem de limites e possibilidades específicos de cada caso.

Abordar estas questões implica um trabalho empírico contrário à objectivação habitual das minorias nos estudos dos *media*. Requer também questionar as ideias correntes que simplificam a condição identitária dos filhos de migrantes, que a concebem como uma alternativa entre a fidelidade às origens ancestrais e a adesão à nação onde vivem e que, assim, tendem a dicotimizá-la entre os que «se integram» e os que «não se integram». Será que, por exemplo, os filhos de migrantes africanos em Portugal têm uma condição tão monolítica como o senso comum crê amiúde? E será que, face às suas mediatizações, apenas se impõe estudar o como e o porquê dessas imagens, e não o que elas suscitam nos sujeitos?

Os descendentes de africanos têm sido um caso flagrante de objectivação em Portugal. Porque têm uma tradição de puro objecto nos *media*, sem voz nem personalização (Ferin Cunha, 2003a). E porque, paralelamente à indispensável análise das representações mediáticas, não se desenvolveram estudos de recepção ou pesquisas sobre a sua condição de audiência. Existem apenas algumas abordagens das suas práticas culturais que se articulam com a mediatização (Contador, 1999; Fradique, 2002; Campos, 2002).

Investigações que abordem, na sua complexidade, as identidades dos descendentes também só recentemente deram resultados (Machado, 2006; Gusmão, 2004). Alguns desses estudos são detalhados e incontornáveis (Vala *et al.*, 2003), mas, ao absorverem os filhos de migrantes num grupo «racial» mais vasto, acabam por não visar o caso específico daqueles quanto aos processos identitários.

Foi, pois, perante uma produção académica muito mais esparsa do que a actual que se iniciou, em 2002, o projecto desta investigação. Mas, além de uma matriz teórica, toda a pesquisa em ciências sociais tem também alguma coisa de autobiográfico, no sentido de que a escolha de um objecto deve sempre algo ao perfil e ao percurso do próprio investigador, que põem determinado tema no âmbito dos seus interesses.

Uma década de hipermediatização de actos delinquentes protagonizados, na descrição mediática, por «jóvens negros» era suficiente para me questionar acerca do que a repetição daquela imagem e daquela

categorização representava nos processos de construção identitária do comum dos filhos de migrantes. Mas foi após o «caso da CREL», uma série de assaltos a postos de combustíveis no Verão de 2000, que a ideia de abordar academicamente o tema começou a tomar forma.

Nessa altura assisti a reacções e evocações do evento por parte de membros da audiência maioritária. Pude ouvir, por exemplo, colegas de trabalho defenderem que deviam ser mandados «todos para a terra deles», na verdade desencadeando discussões com outros colegas de atitude diferente. O que me chamou a atenção nesses momentos não foram tanto as referências à «terra deles», alusão cujo uso discriminatório já não surpreendia. O que me impressionava era a expressão «todos», porque não se referia a um grupo de delinquentes, mas a toda uma categoria colectiva conotada com uma determinada origem ancestral.

Tendo a maior parte dos filhos de migrantes nascido em Portugal, estando para ficar e sendo muitos juridicamente portugueses, parecia-me pertinente perguntar se, para lá das condições sócio-culturais que envolvem algumas «comunidades», esta construção simbólica que se vinha fazendo no seio das audiências mediáticas não estaria a contribuir para uma determinada fixação das identidades hetero-representadas pela «maioria» e auto-representadas pelos descendentes de africanos. Se todos nós, em Portugal, não estaríamos prontos a inscrever na nossa interacção social, mesmo que não deliberadamente, predisposições baseadas num estereótipo.

Lembrei-me de um certo dia, na década de 1980, em que treze «jovens negros» apareceram num terreno de jogos em Benfica onde passei a adolescência a praticar futebol. Formaram duas equipas. Eu, que estava por ali, completei uma delas. O episódio não me levantou nenhuma questão, apesar de insólito. Naquela altura eu constatava a existência de bairros pobres nas Portas de Benfica, com população de origem africana, mas os mais novos viam-se pouco fora dos seus limites. Actualmente, o terreno de jogos já não existe, mas, passada uma década de imagens impositivas, questiono-me qual seria hoje a reacção instintiva perante um grupo de «jovens negros» naquele local.

Nesta pesquisa, jovens de origem cabo-verdiana dão conta, precisamente, de situações em que se deparam com esse tipo de significação da diferença, uma significação que condiciona e interfere na interacção social. No fundo, o que está em causa é se, mau grado os sujeitos de

fronteira serem potenciais agentes de articulação identitária e cultural, não se estará a assistir em Portugal à formação de «novas etnicidades» (Hall, 1991; Back, 1996; Cottle, 2000), as quais são simbolicamente negociadas pelas próprias «segundas gerações» com a participação dos objectos mediáticos. Se os académicos já não abordam os *media* numa perspectiva simples de causa-efeito, as audiências continuam a atribuir-lhes um grande poder de gerarem ou reflectirem comportamentos e, assim, as minorias incorporam-nos nos seus discursos acerca da diferença e dos respectivos significados no quotidiano (Ross, 2000). A consolidação de diferenças socialmente significativas com base numa ideia de origem (Eriksen, 2002) configuraria um determinado modelo de integração dos descendentes de migrantes, uma integração de tipo etnicizado (Pires, 2003).

A posição de um investigador português, ocupando um lugar semi-periférico na Europa (Santos, 1994), permite-lhe, entretanto, evocar uma biografia de contactos bifacetados em relação aos fenómenos migratórios, colhendo testemunhos cruzados da imigração para Portugal e da emigração portuguesa no estrangeiro, algo que é hoje pouco comum nos países ocidentais.

À sombra do discurso oficial da herança «lusa», a noção do que são as «segundas gerações» portuguesas noutros países é muito débil em Portugal. Mau grado os estudos existentes sobre os descendentes de migrantes em França (Leandro, 1998 e 2003; Cordeiro, 1999; Barre, 1997 e 2001; Strijdhorst Santos, 2003), a sua imagem entre nós é frequentemente reduzida a um par de *clichés*, que os raros momentos de mediatização tendem a confirmar. Habitado a coexistir com os filhos de migrantes durante as férias de Verão numa aldeia da Beira, a minha experiência directa reforçava essa ideia superficial que, sobretudo, os percebia como jovens «franceses». Pouco falavam em português, conviviam quase exclusivamente entre si e nem os sinais de uma cultura urbana levavam à interpenetração com os jovens lisboetas que também iam de férias à terra dos avós.

Essa percepção modificou-se em 1995 e 1996, quando uma permanência em Paris me proporcionou mais contactos com filhos de migrantes. As ligações, sob várias modalidades, de alguns descendentes à ideia de portugalidade surpreenderam-me, sobretudo entre jovens mais escolarizados, tal como a sua emergência parece ter causado surpresa aos próprios portugueses a viverem em França (Pereira, 1997). Mas

também me pareceu intrigante o silêncio à sua volta, a sua aparente inexistência no espaço público e no espectro mediático francês. Dever-se-ia essa condição pública ao famoso modelo de «integração à francesa» ou à difícil nomeação dos «actores de fronteira» (Afonso, 1997), com a sua complexa e flexível articulação de subjectividades? Por que é que alguns dos jovens que tão convictamente afirmavam a sua condição de portugueses não pareciam enfrentar fronteiras simbólicas nem imagens públicas de diferença?

A existência de largas populações de adultos jovens com origem portuguesa em França e com origem cabo-verdiana em Portugal, cujas experiências biográficas já lhes possibilitavam equacionar as suas condições identitárias e o lugar dos *media* na sua definição, pareceu-me, pois, um objecto interessante de pesquisa.

O projecto não se inseria, porém, nas perspectivas do «mundo lusófono», ponto de vista eminentemente ideológico, quando não mitológico. Não se pretendia explorar a ideia de uma nova portugalidade, multicultural e plurirracal, maior do que a nação, nem conciliar uma exaltação da «lusodescendência» com uma espécie de luso-tropicalismo invertido, de olhos postos na miscigenação da ex-metrópole. Se há coisas que ligam estes jovens em França e em Portugal, não são certamente as suas portugalidades, mas sim algum cosmopolitismo das suas experiências. Os próprios consumos culturais reflectem isso, com as componentes portuguesas de uns e de outros a mostrarem raras intersecções.

Certamente que estas margens da nação têm hoje impacto na representação da própria identidade portuguesa, ainda ancorada em dois poderosos elementos do imaginário nacional de longa duração, que são o império e a diáspora. Mas esse não é o objecto da pesquisa.

A investigação orientou-se, pelo contrário, para as modalidades de inserção nas respectivas sociedades, filiando-se numa corrente actual de estudos das migrações que presta especial atenção às características dos países de acolhimento, em vez de se concentrar apenas nos traços sócio-culturais dos próprios migrantes (Reitz, 2002).

Esta perspectiva orientou também o tipo de abordagem ao universo mediático e a selecção dos objectos cuja apropriação pelas audiências se pretendia estudar. Foi, por isso, dado particular enfoque aos *media* nacionais, sobretudo aos «grandes» *media*, também designados por *mainstream*, e não se fez dos *media* minoritários, por vezes ditos *media* «étnicos», o campo exclusivo de investigação, como

é frequente nos estudos sobre consumos e apropriações de grupos minoritários.

Habitualmente, o paradigma que aborda os *media* nacionais é o da análise crítica sobre a representação das minorias através de textos e imagens, abordagem esta que tende a encarar a mediatização somente como um constrangimento, como peso de uma estrutura simbólica, negligenciando a capacidade de acção por parte das audiências, especialmente de grupos subordinados (Milikowski, 2000).

Em vez de se conceber apenas no domínio dos *media* «étnicos» a capacidade de as audiências minoritárias agirem e utilizarem recursos culturais de forma construtiva, considerou-se fundamental para a compreensão dos sujeitos de fronteira examinar de que forma essa aptidão para seleccionar consumos, interpretar representações e negociar sentidos funciona também face aos fluxos *mainstream*.

Tal como as identidades podem ser múltiplas e ambíguas, também os *media mainstream* e «étnicos», tal como os vários suportes tecnológicos, podem coexistir de modo complementar nas práticas culturais dos descendentes de migrantes. É sabido, aliás, que hoje a construção de sentidos pelas audiências é feita de forma intertextual e reflexiva, passando por cima das fronteiras entre tecnologias e géneros mediáticos (Dayan, 1998; Gray, 1995). A inclusão transversal de vários *media* responde, assim, ao que tem sido apontado como a necessária superação de duas restrições conceptuais: cruzar textos e tecnologias (Morley, 1992; Ang, 1996) e ultrapassar os limites nacionais (Shohat e Stam, 1996).

O que se procurou foi captar os grandes campos de significação identitária dos grupos em causa e as eventuais ligações daqueles a um ou outro eixo mediático. Mais do que uma pesquisa centrada nos *media*, concebeu-se uma pesquisa centrada nos sujeitos da audiência e nos seus discursos sobre as mediatizações.

A estratégia de investigação delineada para isso pôs no centro a análise aos discursos dos próprios sujeitos, captados através de entrevistas. Um universo numericamente restrito, numa abordagem micro aos discursos da pertença e da diferença com que os jovens se posicionam face a categorias colectivas, visou apreender as configurações identitárias, articulando-as com a análise das suas interpretações e consumos mediáticos.

Esta vertente da pesquisa decorreu em paralelo com um segundo eixo de análise empírica, constituído pelas imagens de cada uma das

minorias nos *media mainstream* das respectivas sociedades. Este segundo eixo desenvolveu-se em duas etapas. Primeiro, a sistematização de dados sobre estas imagens a partir de fontes secundárias informou a orientação das entrevistas relativamente aos *media*. Depois, entrevistados os jovens e avaliada a relevância por eles dada aos vários objectos mediáticos, procurou-se aprofundar o conhecimento directo sobre a sua mediação, efectuando análise empírica de determinados textos e corpos de notícias.

O paradigma orientador desta pesquisa sempre tentou afastá-la, tanto quanto possível, de uma análise demasiado mediocêntrica, bem como fugir a uma perspectiva totalmente encerrada na categoria dos «estudos étnicos». Nem a comunicação mediada nem as identidades étnicas ou nacionais foram encaradas como realidades absolutas, isoladas ou omnipresentes.

A imbricação da comunicação mediada com as realidades dinâmicas do social e do cultural é precisamente uma das questões abordadas no capítulo 1, em que se procura situar e referenciar esta pesquisa dentro do universo dos estudos dos *media*, com a participação de perspectivas que o intersectam, como a sociologia da comunicação e os estudos culturais. De seguida abordam-se teoricamente as questões ligadas à identidade e apresentam-se as razões para tomar a etnicidade como dimensão central de análise. A concepção de uma pesquisa sobre audiências minoritárias, a definição precisa do objecto empírico e a orientação metodológica para o abordar são aspectos expostos nas secções finais do capítulo 1.

No capítulo 2 traça-se uma breve perspectiva estrutural: das *populações* migrantes e dos seus descendentes, nas suas componentes demográfica, sociológica e cultural, e dos *cenários mediáticos*, com os seus vectores nacionais, transnacionais e «comunitários». Esta caracterização fornece elementos sobre os processos diacrónicos de integração e desenha o pano de fundo em que se desenvolvem os consumos mediáticos e as tendências identitárias, cuja acção e discurso só é possível compreender tendo em conta os quadros estruturais que lhes dão sentido.

Os capítulos 3 e 5 constituem exposições paralelas do que são, no domínio das representações sociais e mediáticas, os casos empíricos dos portugueses em França e dos cabo-verdianos em Portugal, com o objectivo de caracterizar as situações simbólicas dos respectivos descendentes. Compilando um conjunto de fontes secundárias de forma

diacrónica, procura-se perceber os lugares de uns e de outros nos sistemas simbólicos das nações onde vivem, tendo em atenção o cariz dinâmico de sistemas compostos por um conjunto de minorias que entram em cena consoante os fluxos migratórios e se tornam mais ou menos salientes conforme os modelos de integração. Dos vários eixos de mediatização susceptíveis de escrutínio, as representações mais estudadas são as noticiosas, sendo esse o género que também dá mais azo ao desenvolvimento de discursos identitários por parte das audiências. A parte final destes capítulos é, assim, dedicada a textos noticiosos passíveis de uma análise capaz de proporcionar conhecimento acumulado sobre as representações mediáticas dos dois grupos.

O capítulo 4 é concebido como sequência do anterior na pesquisa sobre os descendentes de portugueses em França. Após a caracterização das suas representações nos *media* e na sociedade francesa, avança-se para a análise dos seus olhares e dos seus discursos como audiência. Através deles procura-se apreender o mapeamento dos consumos, os graus de relevância de uma variedade de objectos mediáticos, a interpretação de eventos e imagens particularmente ligados à condição das minorias na nação francesa, as formas como, enfim, os jovens de origem portuguesa se apropriam dessas imagens para se posicionarem e desencadearem discursos de identidade.

O capítulo 6 é análogo a este, mas para o caso dos filhos de caboverdianos em Portugal, sendo igualmente culminante nesta pesquisa pelas questões que aborda e pelas respostas que persegue, correspondentes aos problemas nucleares da tese. Semelhante nas linhas de análise empreendidas, concita, porém, outros temas, revela diferentes lógicas de categorização social, indica dinâmicas diversas na circulação de discursos sociais, aspecto importante para a questão da etnicidade, dado sinalizar o cariz mais ou menos colectivo da criação de sentidos através das apropriações mediáticas.

Esta pesquisa pode ser tomada como dois estudos de caso paralelamente realizados, cujos dados indicam as especificidades mediáticas e as características próprias da integração de cada grupo social minoritário numa determinada sociedade, também ela particular. Nesse sentido, as comparações que se podem fazer são muito relativas. Julgo, porém, que, tal como a escolha dos dois casos foi estimulada por um conjunto de paralelismos em ambos os movimentos migratórios, também é possível ler os resultados de forma entrelaçada, como faço no capítulo con-

Do Bidonville ao Arrastão

clusivo. Se em alguns aspectos cada caso fala apenas por si só, noutros a análise articulada dos dois casos permite compreender melhor certas questões que hoje se colocam no domínio simbólico com a inserção de novos sujeitos e grupos de fronteira nas sociedades europeias.